

Prefeitos reivindicam compensações

Reclamações sobre reforma tributária e pedidos de taxas e repasses marcam encontro com presidente

ISABEL BRAGA
e MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA – Representantes de seis entidades nacionais de municípios estiveram ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso para dizer que rejeitam a proposta de reforma tributária do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. O presidente, que para acalmar os governadores já desistiu da competência para arrecadar o Imposto sobre Valor Agregado, terá de ceder também aos prefeitos se quiser aprovar a reforma no Congresso. Fernando Henrique foi “enfático”, segundo eles, ao afirmar que só será votada no ano que vem.

Os prefeitos reivindicam manter com os municípios o Imposto sobre Serviços e o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS). E querem meta-de do arrecadado com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a volta do Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis, a criação da Taxa de Iluminação Pública e um programa de socorro financeiro.

Os pedidos foram apresentados

pouco depois de o presidente fazer o apelo pela aprovação das reformas e a contenção de gastos. Governo e prefeitos vão reunir-se dia 14 para discutir a reforma tributária e reivindicar compensações específicas.

Será a primeira reunião da comissão de negociação instalada pelo presidente no encontro. Além de integrantes do governo, participam dela os representantes das seis entidades de municípios do Conselho Brasileiro de Integração Municipal (CBIM).

Segundo os prefeitos, após ouvir as reivindicações, Fernando Henri-

que disse que é “preciso trabalhar pensando no País e não em demandas pontuais e sectárias”. Ele pediu apoio para preparar uma proposta única de reforma tributária a ser votada no ano que vem. “O presidente disse: ‘Não posso me furtar a que se discuta a reforma tributária e o pacto federativo com calma’”, contou o pre-

feito de Belo Horizonte, Célio de Castro (PSB), presidente da Frente Nacional de Prefeitos de Capitais.

O prefeitos cobraram maior participação e transparência nas discussões da reforma.

“É preciso colocar as cartas na mesa”, disse Célio. “Temos de saber qual é a proposta tributária e fiscal e que compensação os municípios terão.” A maior queixa dos prefeitos é que a omissão dos governos estaduais e federal em questões sociais os obriga a assumir atribuições sem ter fontes de recursos.

COMISSÃO DE
NEGOCIAÇÃO
VAI REUNIR-SE
NO DIA 14